JUDICIÁRIO

Uma semana sem tuítes

Rede social X foi suspensa por descumprir determinações do STF, mas a decisão de Alexandre de Moraes será submetida à apreciação dos demais ministros. A Starlink, também controlada por Elon Musk, recuou e está acatando as ordens judiciais

» LUANA PATRIOLINO

suspensão do X no Brasil completa uma semana, hoje, com desdobra-**I** mentos importantes no Supremo Tribunal Federal (STF) e com o recuo da operadora de internet via satélite Starlink — o que pode sinalizar uma fase conciliatória entre as partes. Ao cooperar com a Justiça brasileira, a empresa, que também pertence ao bilionário sul-africano Elon Musk, evita uma escalada do conflito com a Corte e preserva sua presença no mercado nacional.

Inicialmente, a operadora havia informado que não cumpriria a determinação do Supremo de suspender a rede social. No entanto, nesta semana, a Starlink recuou e, apesar de considerar a ordem inconstitucional, decidiu acatá-la no sentido de bloquear o acesso à plataforma. Nos bastidores, a expectativa é que o X siga o mesmo caminho e encontre uma solução equilibrada para o caso.

Para o advogado Ricardo Martins Motta, a decisão da Starlink representa um movimento estratégico da empresa para evitar mais atritos com as autoridades brasileiras e proteger suas operações no país. "Esse cumprimento voluntário pode ser interpretado como uma tentativa de mitigar danos, tanto no campo jurídico quanto no campo reputacional, além de evitar multas adicionais ou sanções mais severas", diz.

Motta aponta que a postura conciliatória visa a preservação de operações e clientes, apesar das polêmicas do bilionário Elon Musk. "Ao cumprir a suspensão, a Starlink mostra disposição para cooperar com as exigências legais no Brasil, o que pode evitar uma escalada do conflito com o STF e preservar sua presença no mercado nacional", destaca.

As contas da Starlink foram bloqueadas por ordem de Alexandre de Moraes para garantir o pagamento de multas impostas ao X – que somam mais de R\$ 18 milhões. O magistrado considerou que as duas empresas fazem parte do mesmo grupo econômico.

A decisão vale até que o X cumpra decisões da Justiça, pague multas aplicadas e indique um representante legal no Brasil. Desde o início do ano, Musk tem descumprido ordens do Supremo para bloquear perfis de pessoas investigadas pela Justiça, acusados de atos antidemocráticos e ataques às instituições brasileiras.

O empresário também fechou o escritório da companhia no Brasil nem designou um representante legal para responder formalmente pela rede social. O Marco Civil da Internet exige que as empresas do setor tenham um endereço e um agente responsável no país.

O advogado constitucionalista Rubens Beçak avalia que a decisão de Moraes gerou uma série de conflitos no país. "O bloqueio pareceu uma daquelas decisões em que, apesar de dada em um escopo de idealidade, de resolver um problema — um atentado à soberania nacional e descumprimento de ordens judiciais por seu dono — é uma decisão que não tem cabimento pelo exagero", diz.

"(A decisão) foi dada por um respeitado ministro e tem o sentido de defender a soberania da jurisdição brasileira, que vem sendo descumprida por Elon Musk, mas vai, também, no sentido de privar um número enorme de brasileiros que usam a rede X", completa Beçak.

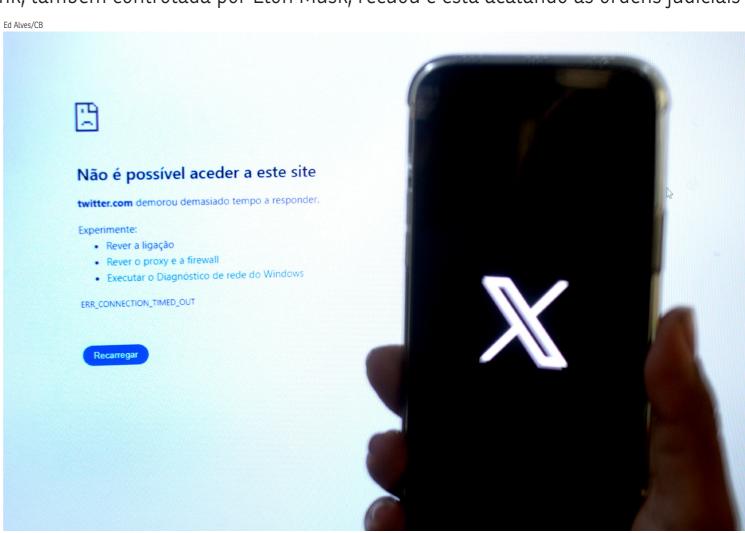
Recursos

Nos próximos dias, a Procuradoria-Geral da República (PGR) e a Advocacia-Geral da União (AGU) devem se manifestar sobre duas ações que questionam a decisão de suspender a rede social. A manifestação atende a uma solicitação do ministro Kassio Nunes Marques, do STF, que também deu prazo de cinco dias para que o colega Alexandre de Moraes explique porque bloqueou o X.

O magistrado afirmou que os processos devem ser analisados pelo plenário da Corte, pois é um tema "sensível" e que causa "repercussão especial para a ordem pública e social". Na tarde de ontem, a Primeira Turma do Supremo negou, por unanimidade, um conjunto de recursos apresentados pelo X e por outras plataformas contra decisões que determinaram o bloqueio de perfis.

Ao todo, foram investidos 39 recursos, sendo 33 do X. As demais ações foram apresentados por Rumble, Locals e Discord. Em seu voto, Moraes criticou a posição das redes sociais.

"Na linha desse entendimento, não cabe ao provedor da rede social pleitear direito alheio em nome próprio, ainda que seja o destinatário da requisição dos bloqueios determinados por meio de decisão judicial para fins de investigação criminal, eis que não é parte no procedimento investigativo", disse.



Sem previsão de retorno, a rede social X pode seguir o mesmo caminho de outra empresa de Elon Musk — a Starlink — e apostar na conciliação

>> Mantido processo contra Odebrecht

A 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, ontem, manter a tramitação de processos da Operação Lava-Jato contra o empresário Marcelo Odebrecht. Foi julgado um recurso da Procuradoria-Geral da República (PGR) à decisão monocrática do ministro Dias Toffoli de suspender atos da operação contra o empresário por entender que houve conluio entre o ex-juiz Sergio Moro e procuradores da República. Por 3 votos a 2, o colegiado decidiu rever parte da decisão de Toffoli e entendeu que cabe à primeira instância analisar a suspensão dos processos. Contudo, foi mantida a anulação dos atos judiciais praticados pela Força-Tarefa da Lava Jato. O entendimento contou com os votos de Toffoli, que mudou seu próprio entendimento, e dos ministros Nunes Marques e Gilmar Mendes. André Mendonca e Edson Fachin



defender a soberania da jurisdição brasileira, que vem sendo descumprida por Elon Musk, mas vai, também, no sentido de privar um número enorme de brasileiros que usam a rede X" Rubens Beçak, advogado constitucionalista

Informe Publicitário



ANO IV nº 683

Espaço de Cidadania do CIEE recebe visita do ministro Wellington Dias

O Espaço de Cidadania do CIEE, localizado em Taguatinga, recebeu o ministro de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

O Espaço de Cidadania do Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE, em Taquatinga, Distrito Federal, recebeu a visita do ministro de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias. O servico de convivência e fortalecimento de vínculos contribui para a permanência na escola e formação para o mundo do trabalho.

Na ocasião, o ministro Wellington Dias teve oportunidade de conhecer as ações da iniciativa, assim como os conviventes - encaminhados prioritariamente pela rede socioassistencial, incluindo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS). "Eu pude ver aqui histórias de vitórias de pessoas que saíram de uma situação de vulnerabilidade e hoje estão em um emprego e estudando" afirma Dias.

De acordo com a superintendente de Ação Social e Filantropia do CIEE, Maria Nilce Mota, o compromisso do CIEE com as juventudes continua a ser um pilar fundamental na missão de transformar e construir futuros com mais oportunidades para todos. "Nós ressignificamos as vidas de vários jovens da região, que aqui encontraram um grande incentivo para permanecerem no ambiente escolar e desenvolverem sua cidadania. Muitos chegam aqui sem sonhos e encontram um acolhimento e um aprendizado com significado", explica.



₱ portal.ciee.org.br/quero-apoiar/espacos-de-cidadania,

VENEZUELA

Sem rompimento de relações

» VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, ontem, que o Brasil não vai romper relações diplomáticas com a Venezuela, mas voltou a criticar o regime de Nicolás Maduro. Ele reforçou a sugestão para que as eleições sejam refeitas no país vizinho ou que Maduro concorde em montar um governo de coalizão, com participação de opositores.

O petista também comparou o comportamento de Maduro com o do ex-presidente Jair Bolsonaro, e chamou ambos de extremistas. Também reforçou que não reconheceu nem a vitória de Maduro, nem a de seus opositores na eleição. Até o momento, a posição brasileira é de pedir a divulgação das atas eleitorais, que foram colocadas sob sigilo pela justiça venezuelana.

"Nós estamos agora em uma posição, Brasil e Colômbia. A gente não aceitou o resultado das eleições, mas não vou romper relações. E também não concordo com a punição unilateral, o bloqueio. Porque o bloqueio não prejudica o Maduro, o bloqueio prejudica o povo. Eu acho



A gente não aceitou o resultado das eleições, mas não vou romper relações. E também não concordo com a punição unilateral, o bloqueio. Porque o bloqueio não prejudica o Maduro, o bloqueio prejudica o povo"

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República

que o povo não pode ser vítima disso", respondeu Lula ao ser questionado sobre a questão da Venezuela em entrevista à Rádio Difusora Goiânia.

Brasil e Colômbia atuam em conjunto para tentar mediar uma solução pacífica entre o governo chavista e a oposição. Porém, sem sucesso. Integrantes da diplomacia brasileira afirmam que o governo de Maduro não demonstrou, em nenhum momento, disposição para negociar. Na entrevista, o presidente Lula voltou a citar que sugeriu a Maduro realizar novas eleições, e declarou que seu próprio governo foi montado com partidos que não o apoiaram no pleito de 2022.

ficaram vencidos.

Para Lula, o comportamento de Maduro "deixa a desejar". Ele o comparou com Bolsonaro, que se isolou no Palácio da Alvorada após as eleições e se recusou a reconhecer a vitória de Lula. Maduro, por sua vez, se recusa a apresentar as atas eleitorais para comprovar sua vitória contra o candidato da oposição, embaixador Edmundo González. "Como ele (Bolsonaro) foi covarde, não teve coragem de assumir, foi embora para os Estados Unidos e deixou o bate-pau dele aí para ficar fazendo motim na porta dos quartéis militares, na perspectiva de não me deixar tomar posse", disse, citando ainda a tentativa de golpe de Estado que resultou nos ataques de 8 de

janeiro, em Brasília.

☐ Atendimento por WhatsApp 11 3003-2433

& Central de Atendimento 3003-2433

